



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
NISA**

**ATA Nº 01/2026**  
**DA**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**DA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE NISA**  
**DE**  
**05 DE JANEIRO DE 2026**

*Handwritten signature*

## **Abertura da Reunião**

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de 2026, na Vila de Nisa, Sala Tejo da Casa das Memórias, sita na Rua da Cadeia Velha, nº 2 em Nisa, quando eram 15h00, compareceram, Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a fim de se realizar a primeira Reunião Ordinária do mês de janeiro da Câmara Municipal de Nisa.

E como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi declarada aberta pelo Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra, em cumprimento do que determina a alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Compareceram a esta Reunião, para prestar os esclarecimentos que viessem a tornar-se necessários, relativamente aos assuntos agendados na respetiva Ordem de Trabalhos e que dizem diretamente respeito aos seus serviços, os seguintes funcionários municipais:

Dr.ª Cristina Maria Carias Pires da Cruz Mouro, da Divisão Socio Cultural, Eng. Luís Alberto Gonçalves Marques, Chefe de Divisão da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais e Arq. João José Bizarro Portalete, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais.

Procedeu-se, seguidamente, à análise e discussão, tendo em vista a eventual aprovação dos processos que constituem a Ordem de Trabalhos, sendo que os resultados e respectivas votações são as que para cada um a seguir se indica e de que é lavrada a respetiva ata, conforme teor do nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

### **Ponto nº 1 - SEA - Intervenção de munícipes**

Este espaço é destinado à intervenção de munícipes que se encontrem na sala e que pretendam apresentar assuntos do seu interesse, conforme o disposto no nº 1 do art.º 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do art.º 8º do Regimento da Câmara Municipal de Nisa, tendo-se verificado a seguinte intervenção do Munícipe:

- Dr. **José Dinis Murta**, dizendo que o que o traz aqui são dois assuntos, o primeiro relacionado com Maria Florinda da Luz, já por si falado em reunião anterior no dia 3 de dezembro, achando que devia dizer mais alguma coisa e até porque surgiram dados novos e o segundo tem a ver com toponímia.

Quanto ao primeiro assunto, e achando que alguns assuntos não forem convenientemente explorados porque não lhe foi dado o tempo necessário, tendo sido interrompido na sua conversação e tendo-lhe sido limitado o tempo, resolveu enviar aos Vereadores que não estão em permanência, os artigos que havia publicado no Semanário Alto Alentejo, os quais são os seguintes:

A recordar e homenagear os militares do Concelho de Nisa mortos na guerra do Ultramar 1961 1974 publicados no Alto Alentejo, dia 11/09/ 2024, página 17 e o outro, recordar, homenagear os militares do Concelho de Nisa, mortos na primeira guerra para 1914/1918, publicados no Alto Alentejo a 30/07/2025, mandando estes artigos digitalizados, a partir do jornal e mandando também a transcrição da Carta que a Maria Florinda da Luz havia escrito ao Ministro da Defesa

e que quis na altura ler e não lhe foi dado tempo para isso, estes mesmos artigos já tinham sido enviados ao Gabinete de apoio à Presidência, ao Senhor Presidente no dia 10 de novembro. A partir destes artigos, referindo que para mandar estes artigos, via e-mail aos senhores Vereadores, em regime de não permanência, teve que contactar cada um deles pessoalmente, uma vez que no sítio da Câmara não consta o e-mail deles, achando que deveriam lá constar. Como já referiu, fui transcrita a Carta que Maria Florinda da Luz escreveu ao Ministro da Defesa, trazendo elementos novos, dando conhecimento do que fez Maria Florinda da Luz, mandando o endereço onde podia recolher mais elementos para conhecer o que é que a Senhora fez em termos de conseguir que os restos mortais do seu filho morto em Moçambique fossem trasladados para Portugal, sendo que o elemento novo que traz é que a revista da Liga dos Combatentes com o nome de combatente, transcreve no mês de dezembro ano transato um artigo relacionado com Maria Florinda da Luz e do seu filho, cujo título é precisamente mais virado para o filho, mas que depois traz consequências para aquilo que aconteceu futuramente, o artigo é publicado nas páginas 3839, com o título, Francisco da Luz Carloto 1946 -1967, em memória de um soldado, sendo o artigo baseado na Memória deste Francisco da Luz Carloto, morto em Moçambique na guerra colonial em 1967 e que levou depois que a sua mãe, querendo que os restos mortais do filho fossem trasladados para Portugal, escreveu ao Ministro da Defesa a Carta que está transcrita na página 3839, servindo isto de complemento para conhecer melhor a ação que a Senhora teve de maneira a que houvesse uma modificação radical naquilo que os deputados pensavam acerca da trasladação dos restos mortais dos mortos na guerra do Ultramar, porque até à Carta que ela escreveu os restos mortais seriam trasladados para Portugal, pagos pelos familiares, a partir da carta que ela escreveu, houve uma modificação total e o Estado passou a pagar a trasladação dos restos mortais desde que a família estivesse interessada nisso. É em função disso que traz, tendo-o já referido inicialmente na primeira reunião em 3 de dezembro, que a Senhora merecia ser homenageada, tendo já sido homenageada a nível da Liga dos Combatentes do Núcleo dos Combatentes de Portalegre no dia de 2 de novembro, tendo em face sugerido que Maria Florinda da Luz merece ser homenageada de forma singular e condigna pelo Município de Nisa, pela sua intervenção, pela sua coragem em escrever num tempo em que não havia liberdade de expressão, pela resposta obtida à carta endereçada ao Ministro da Defesa depois da morte do filho, Francisco da Luz Carloto, em Moçambique, no dia 19/01/1967, sendo que o Estado depois da citada carta, compreendeu e aceitou a dor dos familiares e passou a tratar os mortos da guerra colonial de maneira diferente, antes, os militares mortos nas colónias não eram trasladados gratuitamente para a metrópole, apenas eram contemplados os oficiais e como a grande maioria dos seus familiares, não tinha poder económico para suportar as despesas, os restos mortais por lá ficavam por terras estranhas, depois da carta porque despacho de 2/03/1967 do Ministro do Exército, o Estado português passe a custear a trasladação dos mortos a pedido dos familiares, independente do seu posto ou condição de hierarquia militar, Maria Florinda da Luz tem uma dimensão humana e social e histórica, quer porque a autarquia, quer a nível nacional que faz jus à sua homenagem, partindo disto, pensa que ela deve ser homenageada pelo município, pensando que agora pertence à Câmara tomar as diligências necessárias se entender que se justifica.

Toponímia – relativamente á ordem de trabalhos desta reunião, do dia 5 de janeiro, lê-se, local dizem Sala de Tejo, Casa das Memórias, na rua da cadeia número 2. Os edifícios do lado da Casa das Memórias, nenhum está numerado nenhum tem número de polícia, sendo assunto de menos importância, mas as placas toponímicas afixadas nos extremos desta rua da Cadeia velha e do mesmo lado nascente lê-se, rua da cadeia velha, antigo canto de São Pedro, sendo erros grosseiros que pensa que devem ser emendados, justificando que este o arruamento teve a designação de canto da cadeia e nunca canto São Pedro, O antigo canto de São Pedro, tem

atualmente a designação de Capitão Vaz Monteiro, porém, as placas toponímicas afixadas nesta rua não constam parenteses como esta, o nome antigo canto de São Pedro, tendo detectado este erro no dia 22/06/2024, há mais de 1 ano, quando foi inaugurado o Canto da Muralha e inaugurada a Casa das Memórias, nesse dia detectou o erro e procurou e conseguiu contactar com a Senhora Presidente Dr.<sup>a</sup> Idalina Trindade, que o recebeu com acrimónia voltando-lhe as costas, não explicado nada, quando apenas queria explicar que havia erros grosseiros, erros de natureza histórica, erros de natureza científica, tendo enviado na segunda feira seguinte um e-mail, portanto à Senhora Presidente, explicando o erro e para complemento digitalizou, páginas de um artigo que escreveu na revista Nisa Viva e que em determinada altura lhe havia entregue a propósito do nome de Postigos porque circulava o nome de Postigos, que era o nome derivada das portas terem postigos quando não corresponde à realidade, tendo sido oferecida a revista, talvez em 2022, que é o ano da revista e nesta altura, quando escreveu a explicar que havia erro que isto não era rua, não era a antiga rua de São Pedro, mas rua da cadeia valha, a antiga rua da cadeia velha, mandando fotocopia das páginas desse artigo que escreveu com o título "Toponímia, História e Património, os postigos, Nisa", transcrevendo-lhe o artigo que vai ler para se compreenda, para que não se diga que vem aqui dizer que afinal a rua da antigo canto da cadeia velha e não antiga rua ou canto de São Pedro, lendo parte do que eu escreve: " A Vila era, por sua vez, para efeitos defensivos, toda murada, Vila de Nisa, cercada de muralhas que a ligavam ao castelo, constituía um quadrilátero, um trapézio grosseiramente com uma cerca em todo o seu perímetro com 7 torres das quais apenas existe em bom estado, depois de alguns restauros, a imponente Torre da Porta de Montalvão, a acerca da vila, possuía 3 portas, a Porta da Vila, a principal, a Porta de Montalvão e a Porta João de Évora, que está destruída, Portas largas e altas e arco pontiagudo em ogiva estilo gótico, ainda são utilizadas, nomeadamente na passagem de veículos motorizados e 3 portas mais pequenas, estreitas, com um pequeno vão de passagem apenas acessíveis a peões e animais os chamados, Postigos, o Canto de São Pedro, o Canto do Adrião e o Canto da Cadeia, o Postigo do Canto de São Pedro, aberto na cerca Poente, tomou este nome porque ficava perto da Capela de São Pedro, que destruída em meados do século 20, no seu espaço foi edificado o centro Infantil da Santa Casa de Misericórdia de Nisa e o antigo Canto de São Pedro é hoje a rua Capitão Vaz Monteiro, que liga a Praça do Município à rua Dr. Manuel de Arriaga, os outros 2 Postigos abriam-se na parte da cerca virada a norte, o Canto do Adrião, atual rua Dr. Mário de Miranda Monteiro e o Canto da Cadeia, atualmente rua da Cadeia velha, davam acesso ao espaço exterior, que é como se compreende e buscou o nome Postigos, nome que ainda perdura, Postigos deriva do nome de haver ali uns postigos, umas portas estreitas achando que está justificado que a rua tinha o nome antigo de Canto da Cadeia Velha e não Canto de São Pedro, nunca foi Canto de São Pedro, que deriva, como explicou, porque ficava perto da Capela de São Pedro, o nome Canto deriva porque a rua era estreita, a saída da rua era uma pequena porta que só dava para pessoas e animais, era estrangulada, formava como um canto, vindo daí o nome de canto, o Canto da Muralha, que foi inaugurado também no dia 22 de Junho, nada tem a ver com os com estes cantos ali é um canto que forma um canto e quanto a si é um nome que não tem razão de ser chamado canto da Muralha se um dia se destruírem os edifícios por aí abaixo deixa de ser um canto.

Disse ainda que posteriormente em artigo publicado em junho do ano passado, tornou a voltar ao assunto, justificando que não era canto de São Pedro, num artigo publicado no jornal no semanário Alto Alentejo que crê que na Câmara ninguém leu e ninguém quer fazer caso, dizendo que acrescentou em nota do rodapé que a atual rua Dr. Mário de Miranda Monteiro era antes nomeada de Canto do Adrião e não Canto Adrião, como está escrito nas placas, sendo que aqui, felizmente não se escondeu nem se retirou a placa esmaltada, como aconteceu, por exemplo, na rua Dr. Francisco Miguéns que tiraram a placa antiga que era esmaltada e na Praça

do Município, também tirarem a placa antiga que era esmaltado e puseram placas novas, o canto do Adrião já era assim chamado em 1703 e em 2013, continuava a ser Canto do Adrião e não Canto Adrião. Disse ainda que achava que a toponímia do Concelho, precisa ser reformulada com a adoção de um critério uniforme com rigor e qualidade, havendo inúmeras placas toponímicas, umas de uma cor, outras de mármore, outras de plástico, outras de material sintético, havendo várias placas e uniformizadas no tipo de letra, precisando de muita uniformização, havendo placas aqui que serem as do centro Histórico que são as únicas que vê com a cor grená e que não existem nos outros locais e que não se percebe porquê, não tendo encontrado nenhuma ata da Câmara, onde justificasse estas placas toponímicas, crendo que não foi a reunião de Câmara, tal como não se justifica também o nome de Canto da Muralha, pensando que isto carecia ser debatido em reunião de Câmara, dizendo também que atualmente e ainda na rua Dr. Francisco Miguéns, a placa atual que substituiu a esmaltada anterior, diz Dr. Francisco Miguéns, achando que devia de haver uma informação sobre quem foi este senhor, e uma data situá-la no tempo, para que houvesse uma informação, sendo que hoje, com as novas tecnologias, é possível dar informação das placas toponímicas, como existe nalguma sinalética que existe aqui na vida, utilizando o código QR, hoje qualquer pessoa tem um telemóvel, podia ter mais informações acerca das ruas, achando que são coisas simples, que podiam ser resolvidas facilmente.

Em 2013 existiu na Câmara uma Comissão de toponímia da qual fez parte, o atual Vereador. João Malpique, que fez parte na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia e fez parte o Vereador da Câmara, em 2013, depois de começar o novo mandato, a Comissão de toponímia desapareceu e agora, por aquilo que vê a toponímia é feita dentro da Câmara, alguns e não transpira cá para fora aquilo que deve ser comunicado e de ser ventilado a Câmara, e tanto quanto sabe, nunca contactou com a população, o que é que pensa acerca da toponímia, e ele costuma fazer nas visitas, tendo-o feito ultimamente no centro histórico, perguntando às pessoas, sabendo que a toponímia antiga quem lhe dava o nome eram os populares, era a própria pessoa de acordo com as vivências que tinha, de acordo com as atividades económicas que existiam, sendo hoje a Câmara que dá o título, o nome à rua, que, segundo o seu parecer, portanto, geralmente são de natureza política.

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, **Dr. José Dinis Samarra Serra**, disse que todo este levantamento foi desenvolvido pelos colegas municipais, os colegas, funcionários municipais estando certo que terão tido uma base, também como diz muito certa, histórica, que provavelmente, poderá estar errada ou não, indo-se procurar aferir da sua contribuição generosa histórica, sabendo também, que já exerceu essas funções enquanto Vereador podendo de facto, também à altura ter dado alguma contribuição nessa mesma. matéria sendo bem verdade que esse trabalho é um trabalho que requer algum estudo, requer algum rigor e em conformidade irá procurar-se que esta situação seja aferida, indo de encontro àquele que é a realidade efetiva da nossa história em contexto do Centro Histórico.

No que diz respeito à situação, por várias vezes, disse que eu lhe tinha cortado a palavra e não cortou a palavra, existe um mínimo, um máximo de intervenção de munícipes, deve ser respeitado nos 30 minutos afetos, portanto, a esse ponto de intervenção de munícipes, que deve ser repartido pelas várias intervenções não tendo sido cortada a palavra.

Fica retido tão bem importante este acréscimo de valor trazido, na primeira reunião da sua participação, que todo o trabalho de levantamento em termos daquilo que foram os combatentes e seus nomes inscritos naquele monumento que vai ser ali edificado, e estando aqui o Arquiteto João Portalegre, que não o deixa mentir nem tão pouco o chefe de Divisão, Engenheiro Luís Marques, que também foi feito um trabalho exaustivo que durou cerca de 2 anos e tem também, todo o trabalho de registo e de levantamentos que foram efetuados, se não existe maior

precisão, foi porque provavelmente não foi feita chegar esta informação por parte de quem foi contactado para o devido efeito, ficando muito agradecido ao professor Murta pela sua participação.

**Ponto nº 2 - SEA - Período de antes da ordem do dia.**

**Apreciação e votação de Ata(s) de reunião(ões) de Câmara**

- Não houve atas para aprovar

**Assuntos para conhecimento:**

- Informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, justificou que ainda não se está na no auditório da biblioteca pelas razões de existir ainda duas especialidades por resolver, achando que estará para breve a sua resolução, tendo-lhe sido dado conhecimento de que pelo menos uma delas seria resolvida esta semana, acreditando que, não dizendo na próxima reunião, a acontecer, não sei se não haverá uma extraordinária, mas a próxima ordinária poderá efetivamente já acontecer no auditório.

Relativamente à questão das comunicações, já foi sanada a questão do e-mail, que já tinha trazido na outra reunião, só que por lapso esqueceu-se de entregar e, que passará a constar, depois do OK dos seus Vereadores, passará a constar, da identificação individual relativamente, ao executivo, dizendo que está a ser preparado o espaço onde irão receber as pessoas, estando dependente de 2 situações tecnológicas ainda aferir, indo lá ser deixado computador para cada um dos Vereadores, no sentido de poderem não só trabalhar aquilo que entenderem e com impressora e rede disponível, precisando ainda de se afinar dois aspetos tecnológicos.

No que diz respeito à questão do regulamento, pediu de uma forma insistente, junto dos nossos serviços para que o regulamento respeitante à transmissão online das reuniões de Câmara, tivesse uma informação adicional da proteção de dados, até da Comissão de proteção de dados até ao momento, ainda não houve qualquer tipo de resposta relativamente às questões, em termos de trabalho prévio que já foi desenvolvido pelos nossos serviços, projetar, colocar e remeter para a Comissão de dados, uma interpretação do texto que poderá constituir o próprio regulamento no sentido de poder aqui em função da resposta que se requer célere, poder trazer aqui à próxima reunião ordinária de Câmara e levar o regulamento à próxima reunião da Assembleia Municipal.

**Informações dos Eleitos:**

- Vereador **Senhor João José Cabim Malpique Rufino**, valorizou o trabalho e a apresentação do Professor José Dinis Murta, dizendo que sempre participou na Comissão toponímica juntamente com o anterior Presidente da Assembleia Municipal, João Santana, e pensa que com o Vereador Bichardo; uma comissão criada na Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça em 2001/ 2002, sendo ele na altura tesoureiro daquela Freguesia, tendo sido proposto à Câmara, avaliado e foi aprovado, por Deliberação de Câmara em junho de 2006, uma quantidade de nomes a ruas que não tinham, especialmente nos bairros novos de Nisa; houve outros nomes que também foram atribuídos propostos pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça, essencialmente a Comissão criada também com a Assembleia de Freguesia e propostas todas à Câmara que as aprovou, pela Deliberação nº 253/2026, tendo sido pretensão da Freguesia que a colocação respeita-se as normas e as indicações que tínhamos indicado relativamente à tipologia das placas, como já aqui foi também referido, mas a Câmara, de 2006 até 2013, na altura CDU, e posteriormente com o PS nunca aceitou esta situação que

era pedida pela Junta de Freguesia, em que se pretendia uma uniformização das placas e isso envolvia alguns custos; estes custos, só para lembrar aqui, seriam mais de 30 nomes de rua que envolvia 60 placas, o orçamento na altura andava em mais de 3500 EUR e era sempre difícil de suportar, foi contactada a Câmara, tendo havido entretanto uma comissão criada pela Câmara Municipal. pensa que em 2013 ou 2012, tendo inclusive sido criado um regulamento, regulamento esse que esteve disponível na página da Câmara Municipal, pensando que até 2018 ou 2019, depois desapareceu de lá e em determinada altura, pensa que no mandato anterior, recebeu-se na altura na Junta de Freguesia, dizendo que a competência da colocação das placas era da Junta de Freguesia, referindo que de acordo com a lei, a colocação e manutenção das placas toponímicas são da responsabilidade da Junta de Freguesia, mas a aquisição pertence ao município, ainda que não esteja especificamente na lei, na própria lei, foi na altura respondido à Câmara Municipal nesse sentido: nas Juntas de Freguesia de Lisboa a lei especifica que a aquisição é das Juntas de Freguesia, a lei saiu na mesma altura para as Juntas de Freguesia de Lisboa e para as restantes do país, sendo a mesma lei das competências e isto da aquisição diz respeito à Câmara, inclusive há vários pareceres jurídicos que indicam precisamente isso, achávamos que seria útil para todos que fossem colocadas essas placas e fosse reativada essa comissão toponímica porque seria uma forma de homenagear muitos nisenses e reconhecer esses locais definidos e conhecidos ainda e enquanto as pessoas que estão vivas, achando que devem constar em cada uma das placas, com referencias históricas e descritivas, isto no que diz respeito à questão da toponímia, sendo responsabilidade da Câmara, achando que têm aqui responsabilidade para poder implementar e corrigir as coisas o mais rápido possível para evitar algumas inverdades em situações que possam não estar tão corretas, pelo que, relativamente a este assunto, está de acordo com a indicação do Professor José Dinis Murta. Sobre a questão de homenagear a Senhora que que foi uma referência para toda a população e para todos as famílias que ficaram privadas dos seus filhos, sendo lamentável que as pessoas pelo "cargo" ou "graduação" que desempenhavam, poderiam ficar lá abandonadas e não ter a possibilidade de regressar à sua terra de origem; por isso, acha que se devia valorizar e homenagear essa Senhora. Relativamente a outra situação, teve conhecimento que foi assinado o auto de consignação da ponte, o que aconteceu naquele momento, como muitos outros, dá a ideia que na Câmara Municipal só há dois vereadores, ou melhor um Vereador e um Presidente da Câmara, lamentando a discriminação, tendo já feito em Assembleia Municipal no anterior mandato essa chamada de atenção, existe uma lei das precedências do Protocolo do Estado, que é a Lei nº 40/2006, que no seu artigo 3 diz: garantia de pluralismo, em cerimónia oficiais e em outras ocasiões de representação do Estado das Regiões Autónomas e do Poder Local, deve ser assegurada a presença dos titulares dos vários órgãos de âmbito correspondente à entidade organizadora, bem como do escalão imediatamente inferior, no nº 2 diz, a representação dos Órgãos de composição pluripartidária deve incluir sempre membros da maioria e da oposição, vindo mais uma vez lembrar não só este artigo, mas muitos outros dentro desta lei gostava de ver cumpridos e reconhecida efetivamente a posição aqui quanto a todos os Vereadores da Câmara Municipal.

- Vereadora **Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho**, dizendo ter algumas questões que o Senhor Presidente já esclareceu relativamente à sala que ainda não podíamos ir para a biblioteca, uma vez que está ainda pronta, mas lembrando o Senhor Presidente que estamos no Inverno e há mais salas na Câmara, os Paços do Concelho, falando por ela que cada vez que aqui vem, por causa do frio sai quase constipada. Relativamente ao Facebook, ainda continua a haver muitos bloqueados no município de Nisa, o que não é bom tanto para o município nem para quem nos visita, ou quem vai lá consultar, pedindo que se veja o que é que se está a passar, havendo muita gente que não pode aceder

às reuniões, não pode ir ver lá uma ata, consultar porque estão bloqueados, pedindo que se veja essa situação, porque poderão no site ,mas estão no Facebook e há pessoas que já tentaram lá ir e não conseguem.

Disse ainda que na sequência de um pedido que fez aqui na penúltima reunião, em que pediu ao Senhor Presidente, aliás, à Senhora Jurista, que lhe fosse fornecido um parecer claro e específico, onde conste que o Vereador da CDU, não pode exercer o seu direito de voto enquanto eleito Vereador especificando tudo claramente e em que situação não pode exercer, uma vez que o senhor Vereador Leandro pôde fazê-lo, tendo pedido o parecer por escrito e Já passaram duas reuniões e ainda não foi entregue, vindo solicitar novamente que isso lhe seja entregue para tomar as devidas diligências e para que esse assunto esteja presente novamente. Não deixou também de referir relativamente aos últimos acontecimentos que têm surgido ultimamente, que teve conhecimento através dos órgãos de comunicação social que foi assinado o auto de consignação da ponte, tendo a referir que, no seu entender, é incompreensível e é politicamente inadmissível, uma vez que a Câmara Municipal de Nisa e o executivo não são só o Senhor Presidente e o Vereador do PS e a Presidente da Assembleia Municipal de Nisa, a Câmara ganhou, mas os munícipes também se fizeram representar na votação e elegeram 3 Vereadores, sendo 4 Vereadores, um do PS, 2 da CDU e 1 do PSD, fazendo eles também parte do executivo, não estando cá no momento em que foram adjudicados esses trabalhos, mas fazem parte agora do executivo, sendo de bom tom e se houvesse aqui alguma dignidade política e respeito para com os Vereadores que se fizesse um convite para que pudessem estar presentes, porque se vêm membros do Governo, membros de Espanha, Presidente da Câmara, Vereador do PS, Presidente da Assembleia Municipal, então a obra é só para a fotografia e quem devia estar presente também nessas obras de consignação, porque também é um desenvolvimento para o nosso Concelho, tendo ficado muito dececionada e está-se a ir pelos mesmos caminhos, deixar quem não é da nossa cor ou quem não tem as mesmas ideias que nós deixá-los de parte e seguir, ficando isso muito mal, porque depois perante a população, em vez de um Presidente de Câmara, temos 2 e acho que também não é isso que o Senhor Presidente quer e também Ficou muito triste mesmo porque está a ponte vai ser feita numa freguesia do Concelho de Nisa e a pessoa principal, o comandante ou o Presidente máximo da Freguesia, nem sequer foi convidado, apareceu lá, mas convite não o teve, perguntando qual é que é a diferença entre o Presidente da Junta de Montalvão e o Presidente da Junta de Cedilho, que até teve uma entrevista, querendo que o Senhor Presidente lhe explicasse e que noutras festividades e noutros acontecimentos da Câmara, que nós também estivéssemos presentes, porque é grave, é vergonhoso, é uma obra que é paga por todos nós e isto é um Concelho para se desenvolver e não uma montra de vaidades só para alguns aparecerem e os outros ficarem ali escondidos.

- Vereadora **Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, começou por referir, até na senda da explanação dos colegas que a antecederam, que esta manhã teve oportunidade de assistir online à reunião da Câmara Municipal de Portalegre e hoje pode indicar os contrastes visíveis entre trabalhar em democracia e trabalhar fora da democracia. A Senhora Presidente da Câmara de Portalegre elencou todos os eventos em que esteve presente ou nos quais se fez representar, em nome do município. Contrastando com o caso de Nisa, pelo que aponta o dedo ao executivo em funções, ao Senhor Presidente e ao Senhor Vice-Presidente, não só pela assinatura do auto de consignação, sendo de bom tom, independentemente de poderem estar presentes ou não, terem essa informação formalmente e não pelas notícias, no seu caso que está bloqueada nas redes do município nem por aí pode ter conhecimento, e até serem convidados para o evento, uma vez que fazem parte do executivo.

Em segundo lugar, quis voltar a lembrar o Senhor Presidente, referindo que será a última vez que irá referir este assunto, na primeira reunião de câmara pediu o balancete analítico à data das eleições e pediu a decomposição das contas do Nisa em Festa do último quadriénio, informou que será a última vez que irá fazer este pedido, acrescentando, também, mais um pedido, que lhe fosse disponibilizado o regulamento em vigor para a utilização de viaturas do município, querendo informação sobre se, de acordo com o regulamento, as viaturas devem pernoitar no parque de viaturas ou podem pernoitar em outros locais.

Por último solicitou ao senhor Presidente, aos serviços da câmara que diligencie junto das Estradas de Portugal a resolução de uma preocupação da população e de todos no que concerne com o estado de degradação em que se encontra a Rua 25 de Abril, percebendo que passam ali muitos camiões, percebendo que a sua reparação não é da competência da autarquia na sua plenitude, mas sendo uma porta de entrada na vila de Nisa está a degradar-se muito, até por via das condições climatéricas adversas, sendo um problema para todos e que urge resolver.

Deu os seus parabéns ao Sr. Professor Murta, as suas preocupações também são suas, tendo feito parte do executivo 2009-2013, recorda o trabalho realizado em relação à toponímia e neste momento ela própria não reconhece nem as cores nem algumas das designações que vê em diversas ruas. Referiu que gostava que lhe fizessem chegar, relativamente à homenagem que gostaria que fosse realizada a Maria Florinda da Luz, os seus contributos para a homenagem a desenvolver a esta personagem.

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, **Dr. José Dinis Samarra Serra**, referiu ir responder a uma questão que foi geral, relativamente à questão da consignação, o ato de consignação é um ato administrativo, como acontece com vários outras questões, não tendo havido convites, a entidades que não fossem aquelas que intervieram no processo de desenlace daquilo que foi o ato administrativo pendente, que estava preso no Reino de Espanha, foram notificados no dia 19, pela Adjunta do Ministério da Coesão de que teria havido o desenlace no Reino de Espanha e que já estavam reunidas as condições, para poderem comunicar como já explicou, à Comissão Técnica Luso-Espanhola, por forma a iniciar-se os trabalhos, comunicou não apenas, à Comissão Técnica Luso-Espanhola esta possibilidade, mas também comunicou, porque foi ali um desenlace em 48 horas também da notificação por parte do Secretário de Estado das Florestas, respeitante à questão da DIUP (declaração de imprescindível utilidade pública) que também estava pendente para o abate das azinheiras e dos sobreiros, sendo sensivelmente essas duas questões administrativas como já havia referido tendo comunicado isto ao Gabinete de Economia e Coesão Territorial, Presidente da CCDR, e respetivamente, da Comissão Técnica Luso-Espanhola, Presidente da Comissão Nacional de acompanhamento do PRR, Diretor-Geral das Infraestruturas Viárias, David Herrero, o Chefe dos serviços da Direção-Geral de Infraestruturas viárias, Dom Manuel Cancho, a Diretora do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças, Dona Montanha Martinas, a Diretora da Delegação da Extremadura em Lisboa, Dona Teresa Rainha, o Diretor dos Serviços da Rede de Parcerias de Infraestruturas de Portugal, Dr. João Carlos Gonçalves, o Diretor da Unidade de Planeamento e Desenvolvimento Regional da CCDR, Dr. Gonçalo Costa, que é o membro que integra a Comissão Técnica Luso-Espanhola dos 4 elementos nacionais, o chefe da Divisão, Engenheiro Luís Marques, o alcaide de cedilho, o Presidente da Comunidade intermunicipal, os projetistas nas 3 pessoas, dos responsáveis de área, o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, o Engenheiro Pimenta Machado, a Presidente da Junta de Extremadura, independentemente de estar aqui porque também teve aqui intervenção para o desenlace da situação, o Diretor Regional da Conservação da Natureza das Florestas, Engenheiro José Godinho Calado, o senhor Embaixador de Portugal em Madrid, José Duarte, o senhor Embaixador de Espanha em Lisboa, Juan Trigo, que

agradeceu a informação, mas não poderia estar presente e também os deputados da Assembleia da República pelas suas intervenções no processo, foram dirigidas comunicações a cada uma destas realidades, informando, passando a citar "a qual será uma cerimónia simples de natureza estritamente institucional de assinatura", o contrato já havia sido assinado em outubro, explicando, as situações diversas que levavam ao tempo de espera, que era meramente administrativo para que acontecesse a assinatura da consignação e se desse azo à situação o mais rapidamente possível para que se iniciassem as obras.

Disse ser bom que se perceba que independentemente daquilo que está a ser trabalhado com as entidades beneficiárias intermédias, com a CCDR, em termos das reprogramações do PRR, que existem situações que fogem ao nosso domínio, tratando-se de atos administrativos. que vão para além daquilo que é a esfera municipal e tudo aquilo que aconteceu nesses últimos meses dependeu exclusivamente, da dependência dos atos administrativos, fazendo questão de dizer e de se assim se entender, fazer uma recapitulação do processo, quatro anos e meio, sendo que, a dependência de instituições, a Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto de Conservação da Natureza, os principais e os governos naquilo que foi o acordo que foi celebrado entre as partes, mas uma coisa é assinar acordo, outra coisa é publicar-se o acordo, isso, a título de exemplo, sabendo-se perfeitamente que o acordo, quando foi assinado em Faro, só teve repercussões depois em Espanha, em julho de 2025 e isto fez depender todo o processo, não foram feitos convites, dizendo que evidentemente quando for o momento formal de que não direi a primeira pedra, mas o primeiro preenchimento de pilar, com certeza que irá haver, essa conjugação e disponibilidade para receber todos aqueles que efetivamente exercem, não apenas no órgão executivo, mas também deliberativo para podermos testemunhar, presenciar e participar nesse momento histórico, gostando muito que independentemente, e o tempo o dirá em termos de execução, em paralelo, porque a construção vai ter que ser feita em paralelo, dada à tipologia de ponte, que tal momento pudesse acontecer em simultâneo do outro lado da fronteira e do lado de cá, independentemente da obra ser nossa e com certeza, esse momento será vivido em conjunto. Estando-se a falar de um ato administrativo que foi uma consignação, a assinatura do contrato já havia acontecido, agora o que aqui efetivamente, nos lisonjeou foi a presença do Senhor Ministro, que fez questão de demonstrar e o Senhor Presidente de Junta de Montalvão esteve presente, e participou, à semelhança também, do Senhor José Francisco que também participou, quem quis participar, entrou, participou para o efeito e pôde testemunhar exatamente, aquilo que foram as palavras de do Senhor Ministro relativamente à questão que fazia questão de estar porque era um caso único de persistência nacional relativamente, a um projeto que muitos deram por vencido, não tendo sido nós, havendo a persistência necessária da parte de todos os envolvidos havendo aqui um elenco de quem esteve envolvido nesta reta final, não foi fácil incomodar dois embaixadores aos fins de semana, para que se possa desenrolar, do outro lado da fronteira, a assinatura de um despacho que aprove o projeto, distante três meses entre aquilo que foi a aprovação nacional e aquilo que foi a aprovação de Espanha, sendo momentos que podem ser relatados, provavelmente quando for a conjugação de todo o processo e culminando com a construção da ponte e das suas acessibilidades, em que se deva relatar exatamente, quais é que foram os compassos de espera em termos administrativos que não dependeram do Município. orgulhando-se muito naquilo que foi a intervenção dos nossos colegas municipais nas respostas, ainda hoje se está a responder a situações como vocês têm em vossa posse um documento que é a declaração de impacto ambiental, existindo aí uma série de pontos em que não somos nós os responsáveis, os nossos já foram enviados, um de outubro prévios à ponte que dependem também de entidades externas e neste caso, da própria empresa com o qual consignamos, a obra. e acontece que existem registos, nomeadamente aqueles que são os ensaios que vão agora decorrer, embora já tenham acontecido, que só poderiam ser

feitos após o momento da consignação e continuasse ainda não sendo que em termos da construção da ponte, esteja tudo já conseguido em termos, do processo, mas também tem que, tendo em conta que há outra entidade aqui que tem sido extraordinariamente colaborante, que é a Iberdrola em que se não é possível a passagem pela parte superior da barragem pelas condicionantes que tem, tem sido incansável também em encontrar soluções para que nos seus próprios acessos se consiga, ter ali uma ocupação temporária, mas também uma ocupação definitiva dos seus espaços para a construção da respetiva ponte, tendo isso que ficar tudo registado, não condiciona o início das obras, evidentemente, mas tem que haver, uma celebração de protocolo nesse mesmo sentido e aí, daquilo que depende dos serviços municipais, as nossas equipas têm estado à altura no sentido de responder desde o primeiro momento àquilo que foi o estudo de impacto ambiental, foram horas, dias dedicados, muitos telefonemas em que se procurou sempre encontrar as soluções tendentes a resolver as situações que iam ocorrendo e foram muitas, o estudo de impacto ambiental levou dois anos e meio a ser aprovado, estudos complementares que vieram após a declaração, achando que o mais gritante foi a do estudo de mitigação de habitat, em que primeiramente, foi necessário corresponder a um habitat propriamente dito, e aí o envolvimento do Instituto Politécnico de Portalegre e que mesmo depois de ter havido reuniões com o próprio ICNF, curiosamente, na declaração de impacto ambiental, vieram acrescentar mais dois habitats o que obrigou não apenas a que se desenvolvesse um documento técnico, o documento técnico é importante o que comportou na altura, foi procurar dentro daquilo que é o espaço físico que se tem ali de proximidade, poder fazer exatamente essa repercussão dos três habitats, felizmente e como já havia sido mencionado, numa sua intervenção anterior, acontece que no próprio espaço da construção daqueles 800 metros e onde se iniciará o tabuleiro é do Monte da Foz, conseguiu-se congregiar todas essas possibilidades, apenas o estaleiro é que não foi enquadrado nessa mesma propriedade, não tendo sido fácil e aí os serviços estão de parabéns, tantas foram as soluções a questões sucessivas que se teve de corresponder para fazer face não apenas ao desenlace da Declaração de Impacto Ambiental que está na vossa posse, mas também aquilo que vem sucedendo e não se fica por aí, quando fizerem a leitura de todo aquilo que são os elementos a apresentar antecedentes ao início da obra, que já está, só já só já faltando uma situação que tem a ver com o plano de movimentação das terras, para o qual também já existe solução para o efeito e terá que ser muito bem coordenado com a CCDR para que a solução seja de proximidade e não distante, não vá estragar mais aquele que é a nossa estrada de Montalvão, Nisa e outras, mas tem sido muito vincada a posição dos nossos serviços na procura dessas mesmas soluções dizendo por isso que a consignação limitou-se, a um mero ato administrativo, em houve uma participação que nunca pensava, que houve elementos que faziam parte da Comissão Técnica Luso-Espanhola que não vieram porque os representantes das entidades fizeram questão de vir, como o caso do Doutor Gonçalo Costa, em que se fez comparecer o Presidente da CCDR, o caso das Infraestruturas de Portugal, o Dr. João Amado, em foi o Presidente que substituiu esse esse mesmo elemento, reafirmando que aquando do momento que vai ser marcante, o início do preenchimento dos dois pilares principais daquela infraestrutura, certamente irão estar presentes.

Relativamente à questão colocada, disse á senhora Vereadora que iria procurar, dado que o Balancete Analítico já havia sido solicitado e no que diz respeito ao parecer pedido pela Vereadora Senhora Ana Cecília, informou que o mesmo está em redação, não estando ainda culminado, havendo pessoas que meteram férias, não está esquecido, dirigindo-se á vereadora Fernanda Policarpo referiu que relativamente à Estrada 25 de Abril, tomaram posse dia 3 novembro e no dia 4 pediu uma audiência, tendo a mesma acontecido e não querendo ser impreciso, no dia 22 de dezembro, tiveram uma reunião com a Engenheira Cristina Franco dos Santos. Em que não apenas focaram a rua 25 de Abril, que é uma grande preocupação, mas

falaram também sobre a estrada do Monte Claro, a estrada de Nisa e a estrada das Amoreiras de Alpalhão e à semelhança daquele que é o problema da ponte sobre o Tejo em Vila Velha de Ródão cujo o projeto está a ser desenvolvido, provavelmente irá ter o seu desfecho no primeiro semestre de 2026, ao qual irá a seguir procedimento concursal, também aqui existe da parte das Infraestruturas de Portugal a pretensão de uma intervenção muito delicada a nível da estrada de Alpalhão, da rua 25 de Abril e não só, o que acontece é que neste momento estão na fase de contratação, estão a lançar os concursos públicos por forma a poderem fazer essas obras, havendo aqui uma questão que acha que devem partilhar e que terão de trabalhar em conjunto, fazendo todo o sentido determinadas artérias face àquilo que seja o elenco das desclassificações que se possam aceitar mas não é aceitar a todo o custo, não é aceitar, não é dizer que se vão aceitar por aceitar, não é isso, terão que ser aceites com alguma condição de receção, ou seja, relativamente à estrada do Monte claro, a acontecer a desclassificação, resolve-se o problema, foi apresentada uma procura de solução para a estrada do Monte Claro por causa da questão do do estacionamento, mas sendo uma estrada nacional, não há hipótese, tendo já sido apresentados inúmeros cenários, mas não há essa hipótese, o cenário, como acontece na rua 25 de Abril, em que de um lado, há o passeio do outro lado, há conjugação de passeio com a passagem de peões, poderia ser uma hipótese, mas não existe face àquele que são as dimensões mínimas para passeios e estacionamentos e larguras das vias espaço para que tal aconteça, por isso no que diz respeito a algumas artérias e alguns troços de estrada, não se estando a falar só em Nisa, mas também ao nível do Conselho que seria bom a partir do momento que haja este documento publicado no sentido de possibilidade de desclassificar que se possa fazer essa aceitação e sermos nós a ditar algumas regras, nessa reunião também se falou na rua Doutor Gonçalves Proença de Tolosa, em que também há o mesmo problema e embora já tenha existido uma proposta para nós aceitarmos aquela artéria não é apenas aquela que está dentro da própria localidade, vai até ao cruzamento da Comenda, sendo preciso ter-se a noção de que não se pode aceitar por 100.000 euros, aquela estrada quando também tem de haver uma preocupação extrema sobre as condições de circulação da mesma e aí o foco vai sobretudo naquela questão que diz respeito à obra de arte que lá está, sendo a inspeção feita de quatro em quatro anos, tendo sido isso que foi dito, sendo em outubro ou novembro último o timing de nova vistoria, que já está agendada, fazendo-se ver que a aceitação daquele troço deve ter a consideração para que se olhe para aquela obra de arte em termos da sua estabilidade, existe um critério, uma escala para o efeito e ao que parece em termos de estabilidade, não existem preocupações, tendo ele próprio tirado alguns registos fotográficos que vão fazer chegar às Infraestruturas de Portugal, à semelhança da rua 25 de Abril para que haja uma intervenção célere, designadamente sobre aquela questão daquelas Figueiras que existem nas extremidades da ponte, porque preocupa porque se sabe como é que são as raízes de uma Figueira, não sendo aceitar de qualquer forma, de qualquer maneira vias, mas há situações que nos resolvem problemas, a questão da aceitação do troço da estrada do Monte Claro, consegue-se resolver desde que estejam do nosso lado, tendo sido francos com a Engenheira Cristina e dissemos que nem que sejamos nós a fazer a intervenção, a questão não é fazer a intervenção, a questão é termos condição para que se possa fazer essa intervenção, designadamente, os passamentos. Não sabendo dizer qual é que é o decreto-lei que estipula para o efeito, mas se for o municipal, a coisa é de outra forma, a rua 25 de Abril é também a sua rua, como sabem e curiosamente, é à sua porta que ela está maioritariamente gretada, tendo deficiências, para além daquele que é o próprio asfalto, tendo isso que ser corrigido, tendo que haver uma preocupação não apenas naquilo que é o que merece ser melhorado, não apenas em Nisa, mas também em Alpalhão, mas, sobretudo na 25 de Abril, há ali um erro que quando há grandes chuvadas, a baixa na proximidade dos ecopontos, aquilo é uma desgraça, não é só fazer-se asfalto, embelezar com asfalto, existindo questões que devem ser resolvidas por isso,

como disse, não foram descuradas estas situações, indo-se ter em breve ter novamente uma reunião no sentido de vos dizer que estamos disponíveis e vamos conversar com certeza em conjunto para estas questões, mas mais do que dizer que se vai aceitar e resolver-se aqui diversos problemas, tem que aceitar após existir uma intervenção de fundo nas respectivas artérias que são consideradas que possam ser desclassificadas, ou aceitar após a desclassificação das mesmas.

Relativamente á questão da toponímia confessou não ser um assunto que se sinta já confortável para responder, indo tentar rebuscar aquilo que foram os trabalhos aqui mencionados, não se sentindo confortável para responder a qualquer coisa que não vá ao encontro daquilo que é a interpretação justa e devida para o assunto.

- Vereador **Senhor João José Cabim Malpique Rufino**, relativamente á questão da toponímia disse estar disponível para facultar como já fez anteriormente, atas e tudo aquilo que foi feito anteriormente e com facilidade, inclusive os vários artigos que dizem respeito á responsabilidade da Câmara sobre esse assunto.

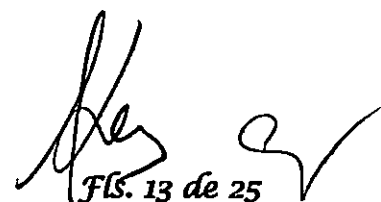
Relativamente á primeira intervenção e á primeira resposta, o Presidente alongou-se bastante com a justificação, achando ele que não justifica aquilo que aqui foi referido e solicitado e que pretendiam na ocasião ser convidados para dois atos, a consignação é um ato administrativo em que bastava estar o dono da obra e o empreiteiro, a outra situação que tem a ver com uma cerimónia protocolar, em que as entidades envolvidas e convidadas quiseram estar presentes, achando que seria de bom tom terem estado também os restantes Vereadores presentes.

Chama-se consignação da obra o ato pelo qual o representante do dono da obra faculta ao empreiteiro os locais onde hajam de ser executados os trabalhos e as peças escritas ou desenhadas complementares do projeto que sejam necessários para que possa proceder-se a essa execução, sabendo-se porque foi perguntado aa anterior reunião e até já algumas delas tinham sido iniciadas, a outra parte tem a ver com as entidades envolvidas, que se deve marcar a posição ou a data para esse ato, achando que tinha todo o bom tom e enquanto Vereadores, estarem todos presentes bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão.

Relativamente á intervenção na rua 25 de Abril, disse que aquilo que é mais premente, tem a ver com a iluminação deficiente, o pavimento onde está muito danificada é junto os semáforos e no troço até às bombas da gasolina; aquele local onde estão também os ecopontos está mesmo muito mal e quando chove cria mesmo uma piscina lá, não é só junto ao quintal das festas, mas toda a rua 25 de Abril, tem que ser olhada com olhos de "ver" mas deve defender-se a Câmara junto das estradas de Portugal. Porque se houve na altura da transferência da EN359 de Nisa para Montalvão, em que a Câmara recebeu uma verba significativa para fazer essa beneficiação antes de receber essa obra, também recordou que a Câmara não aceitou esse troço da estrada de Tolosa EN 118 perante o valor que foi apresentado, porque, não pode ser a todo custo que tenha de se aceitar as transferências a Câmara tenha que se defender. O assunto requer celeridade porque todas as pessoas estão prejudicadas com o estado dessa estrada.

Na 359, junto á saída de estrada de Monte Claro, tem-se a situação do estacionamento que acha que a questão da sinalização não está correta e os próprios moradores também não estão satisfeitos com a situação, achando que tem que ser estudada uma forma de dar a volta ao assunto, para que seja salvaguardado o interesse de todos e seja garantida a segurança aos peões e também a quem circula na via com as viaturas, o tipo de intervenção tem que ser célere porque aquela estrada está mesmo muito desgasta.

**Ponto nº 3 – SF/TESOUR - Deliberação Nº 1/2026**  
**Resumo Diário de Tesouraria.**



Fls. 13 de 25

A Câmara Municipal de Nisa reunida, aprova por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra e dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, nos termos da documentação disponibilizada pela Secção Financeira e cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Ata, a situação relativa ao Resumo Diário da Tesouraria nº 242, referente ao dia 23 de dezembro de 2025 e em que os respectivos numerários são os a seguir transcritos:

- Operações orçamentais: 1.952.648,24 €
- Operações não orçamentais: 231.457,16 €

**PONTO Nº 4 – DSC - Deliberação: 2/2026**

**Artigos á venda no Posto de Turismo - Atualização de Preços.**

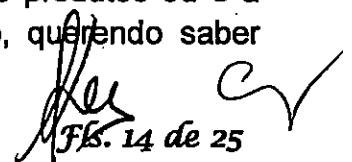
Nos termos da Proposta da Presidência Nº 10432/2025, datada de 09 de dezembro de 2025, da do Setor de Cultura e Turismo, da Divisão Socio Cultural, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e Vereadores, José Leandro Lopes Semedo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a atualização dos preços dos artigos abaixo indicados, nos termos da alínea e) do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, cujos valores já incluem o IVA á taxa de 23%:

- Chávena de café – 8,80€
- Bloco de notas A5 – 9,85€
- Bolsa mini-porta-tudo – 4,30€
- Manta Polar – 19 €

**Intervenções:**

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que aquilo que se procura continuar a ter é um posto de turismo que seja uma montra daquele que é o nosso artesanato, nas peças de olaria, naquilo que são os bordados, mas quando se trata de levar uma recordação, existe aqui uma preocupação para que se possa dignificar a nossa realidade, com peças alternativas, uma pequena recordação, tendo sido muitos os comerciantes que têm desenvolvido as suas próprias gamas e muitos também são os comerciantes que vão adquirir, para vender, sendo isso já um assunto em que não quer intervir relativamente a esta matéria, tendo havido a preocupação de propriamente desenvolverem as suas próprias gamas e fará sentido, que no posto de Turismo se desagregue aquilo que são os motivos dos nossos bordados, a diversidade dos nossos bordados em peças que estão assim simples como são esses elementos.

- Vereadora, **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, perguntou se quando temos os produtos á venda no posto de turismo é a Câmara que entra em contacto com os produtores ou se são eles que chegam á Câmara e dizem que querem divulgar lá os produtos, a venda de produtos ou é a Câmara, não estando a falar desses aqui, mas sim das bilhas, do queijo, querendo saber

  
Fls. 14 de 25

também se o Posto de Turismo os manda ao comércio Local ou ao comércios deles, porque por vezes já aconteceu pessoas de fora irem ao posto de turismo para comprar algum produto e são indicados os hipermercados e não o próprio produtor.

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que se tem procurado e a Doutora Cristina irá complementar em torno daquilo que é a ombrela da marca, Nisa é-nosso e aí sim, tem que se agregar aqueles que são os agentes económicos e os agentes económicos, inscrevem-se e neste sentido disponibilizam, face àquilo que são as produções, porque muitas vezes, as produções também se escoam no tempo e não temos, portanto ou não temos mel ou não temos licor ou não temos, vinho ou não sendo fácil conseguir manter-se um Stock, mas sim, procurar-se que a montra seja a montra, disponível relativamente a produtos e são por nós identificados, como sendo exatamente aqueles que se vão expor no espaço, não acontecendo o mesmo no que diz respeito a situações mais expressivas, rapidamente perecíveis, como o queijo, os enchidos, sendo preferível nesses casos ir ao comércio tradicional, tendo relativamente á questão colocada pela Vereador Ana Cecília pedido á Dr. Cristina Mouro que acrescentasse algo relativamente á questão.

Dr.<sup>a</sup> **Cristina Mouro**, referiu que isto tem sido progressivo e que as coisas não aconteceram de um momento para o outro, tendo havido alguma evolução nesse aspeto, até porque se tem experimentado como é que funciona melhor, havendo uma altura em que se vendia à consignação e quem quisesse, contactava-se toda a gente e tinham lá os produtos, mas a partir do momento em que teve que se registar tudo e vender com faturas e tudo e isto já lá vão muitos anos, teve que se ver também quem é que estava registado nas finanças e quem podia vender e a quem que se podia comprar, logo à partida, fazendo-se logo aí uma seleção, uma vez que não se podia comprar a toda a gente com muita pena nossa, porque havia pessoas, inclusive dos bordados que continuavam a fazer coisas, nomeadamente, por exemplo, as frioleiras, tendo havido alguma pressão para que essas pessoas até se coletassem para que se pudessem vender os produtos, mas elas optaram por não o fazer por questões pessoais e não se pode obrigar ninguém em relação aos produtos, em relação aos produtos perecíveis os queijos, os enchidos, até o mel, o azeite existe uma questão, é que não se consegue lá ter aquilo muito tempo e o que acontece é que no posto de turismo, às vezes têm-se as coisas durante muito tempo porque não é o sítio onde as pessoas normalmente vão fazer esse tipo de compras e acontece que depois, no final de algum tempo, tinha-se que estar a devolver, aquilo que se faz é ter-se uma lista de todos os produtores que inclusive temos no mapa de Nisa e normalmente dá-se a indicação às pessoas que comprem diretamente nos produtores, nos dias de mercado, dá-se sempre a indicação para irem ao Mercado Municipal, porque há lá pessoas que vendem produtos mesmo daqui, o que acontece muitas vezes é que as pessoas aqui à volta sabem onde ir comprar esses produtos, mas quem vem de fora não quer ir bater a uma porta que fica a 12 km ou que fica na zona industrial para ir ver de um queijo ou para ir ver de um enchido, sendo que aquilo que as pessoas querem saber onde podem ir comprar, sendo a resposta que também a Câmara compra nos produtores, se estivermos perto, se não estivermos, compramos com confiança em qualquer destes hipermercados ou deste minimercado ou até das lojas de artesanato que estão à volta, porque algumas vendem também, porque podem ficar com a garantia de que são produtos que os produtores fornecem aqui. não

são produtos como vendem em Lisboa, que já são vendidos por interposta pessoa e que são já afinados por outras pessoas que depois os vendem aos hipermercados, pelo que fomos encaminhando tudo o que são produtos mais tradicionais e fomos dando mais enfoque àqueles que são aqueles que a Câmara consegue fazer com estes motivos do artesanato, que é aquilo que as pessoas procuram, sendo o tipo de peças que as pessoas levam de recordação e é uma forma também de se poder, uma vez que os bordados são caríssimos e as pessoas não conseguem comprar bordados para levar, mas conseguem levar uma chávena que tem um bordado identificativo de Nisa e conseguem ter em casa uma peça que embora não tem o valor monetário, mas tem o valor simbólico e identitário do artesanato de Nisa.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse que durante o último mandato da senhora presidente Gabriela Tsukamoto apresentou uma proposta ao executivo para se criar uma loja de produtos locais, que esteve aberta pelo menos um ano em um dos quiosques que estava disponível na Praça da República, à semelhança do que acontece em outros municípios, recorda por exemplo o de Macedo de Cavaleiros, que dispõem de uma casa de dois pisos em que estão representados todos os produtores de produtos locais.

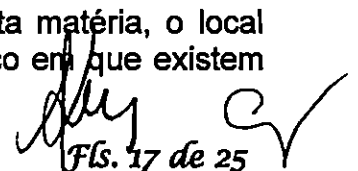
Na altura que apresentou a proposta ela foi debatida pelo facto de os produtores poderem não querer colocar os produtos ao lado uns dos outros. A verdade é que a loja foi um sucesso e foi interessante ver a exponencial de vendas realizadas na loja durante o primeiro ano. No início eram poucos produtores, mas com o tempo foram aumentando. Continuando a perguntar porque terminaram com a iniciativa, até porque percebe a procura constante dos nossos produtos. Por vezes ao final de semana é confrontada por visitantes que pretendem comprar determinados produtos e a concentração num espaço central resolve esta questão. Ela própria já ajudou compradores a reunir o máximo de peças de artesanato para levarem para os Estados Unidos em um feriado em que tudo estava encerrado. Desse modo pode-se ser o canal ou veículo de aceleração de desenvolvimento económico desses produtores. Percebe que quem passa quer comprar uma lembrança e não quer gastar muito dinheiro, mas também se deve fazer a ponte entre os dois mundos, porque nos interessa muito mais fomentar o desenvolvimento das nossas artes que vão morrendo. Gostando então de saber o que aconteceu com aquele quiosque maravilhoso que desapareceu do mapa, e depois perguntar se não há a possibilidade de junto dos artesãos conseguir-se algumas lembranças, não tão caras assim, mas que possam combater este merchandising, que para ela vale o que vale, é uma imagem, mas que em termos de características há quem diga que é muito mau. É possível arranjar uma oferta distinta, com maior qualidade que envolva os nossos artesãos.

Dr.<sup>a</sup> **Cristina Mouro**, referiu que relativamente á questão colocado sobre o quiosque sabe que na altura o quiosque foi necessário entregar a algum café e quando foi na altura da engenheira Gabriela Tsukamoto, o posto de turismo, não estava ali a funcionar naquele sítio porque o edifício estava em obras e só se passou para lá em 2014 e a partir daí começou-se a vender no Posto de Turismo e foi nessa altura, durante uma série de anos que se vendia de todos os artesãos que quisessem lá deixar as coisas e foi quando se teve a maior quantidade de peças, depois acontece que, estando ela cá desde o tempo do Dr. Basso e, já acompanha esta curva decrescente do artesanato e havendo muitas pessoas que entretanto faleceram, houve pessoas mais novas que pegaram ainda nas coisas, mas depois deixaram cair porque não é viável, o que sobre acontece agora é o facto de se ter o Posto de Turismo a funcionar como tem estado até agora e como houve um alavancar de visitas também aqui ao Concelho e nomeadamente à Vila de Nisa e isso está à vista de toda a gente e no Posto de Turismo, todos os dias somos confrontados, bastando olhar para as lojas de artesanato que estão por aí e ver as pessoas com sacos na mão e quando vêm nas excursões fazer compras, o que acontece é que aquelas

peessoas que faziam artesanato praticamente já não fazem, havendo muito poucas, havendo muita gente a saber fazer, mas muito poucas pessoas a fazer para vender existindo um grupo da Dona Fernanda na Santa Casa da Misericórdia, que praticamente não fazem coisas para fora, deixaram de fazer, antes ainda faziam feiras, mas entretanto a dona Antónia envelheceu e está a Dona Fernanda, vão fazendo algumas coisas, mas já é quase tudo, peças grandes que fazem por encomenda deixam de fazer para venda, a Dona Diniz faz as peças dela muito bem, mas com a idade que está já tem às vezes até dificuldade em corresponder às encomendas que nós lhe fazemos para manter ali algumas coisas e em termos de olaria, a coisa está muito complicada. Infelizmente o senhor Pequito também já faleceu, a Dona Graça consegue ainda fornecer-nos algumas coisas e o oleiro lá de baixo também algumas coisas, embora às vezes ele não tenha muita vontade, nem quer muito entrar nesse campo das faturas e ter essa escrita, ele não gosta muito, estava tudo muito bem quando era a consignação, mas agora que é preciso faturas, ele já não está muito interessado, mandando nós toda a gente lá para baixo, até porque é aquele que nos garante também que as pessoas lá vão e que possam visitar uma olaria em funcionamento porque o senhor António muitas vezes já não está, a Dona Graça é aquela que está sempre a pedrar e que pode mostrar como é que as coisas funcionam, mandando-se também para a Dona Maria da Luz, porque é a única que está a abordar e que faz essas peças, porque o que acontece é que também não há peças grandes e boas feitas para se vender, porque elas querem fazer, mas por encomenda que é uma garantia de que vão receber esse dinheiro, ninguém quer estar a fazer um trabalho de alinhavados, de frioleiras que leva 2 ou 3 meses ou 4 ou 7 ou o que for a fazer, sem ter o retorno garantido, as pessoas têm receio de estar a fazer essas peças e até porque não há já quase ninguém que as faça, infelizmente aquilo que está a acontecer agora com as pessoas a visitar em Nisa sendo pena não ter acontecido há muito tempo para poder dar essa lufada de ar fresco e essa vontade das pessoas que na altura ainda podiam fazer, fazerem mais quantidade e tentarem que as coisas tivessem mudado, a questão é que já se quebrou ali e estas gerações agora não querem fazer, à exceção de uma pessoa ou outra, como a Adriana, que tem feito agora, a Dona Joaquina Esteves que ainda vai fazendo algumas coisas, mas infelizmente o panorama também não é bom e tem-se feito um esforço grande para que as pessoas continuem a fazer e se mantenham a fazer, sendo bom que se mantenham também estas lojinhas de artesanato, porque eles próprios também vão comprar aos produtores peças dessas para terem à venda ou pelo menos essas podem tê-las à consignação, mas podem fazer aquilo que a Câmara não pode fazer, que é ter lá uma peça de fulana e vendê-la e nas lojas, farão aquilo que entenderem com as peças que lá têm, porque qualquer uma delas tem à venda peças dessas que a Vereadora falou, nomeadamente de xailles bordados, que é uma das coisas que tem muita procura e até peças de feltro também da Dona Dinis isso acontece nessas lojas porque veem que há um público potencial e já não se importam de arriscar a ter ali uma peça ou 2 de alguém que até elas próprias mandam fazer.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, referiu que para ela esta é uma das grandes preocupações que devemos ter, dado que ao longo dos anos se tem assistido com muita tristeza ao desaparecimento dos nossos artesãos. Houve uma época em que considerou fundamental a criação de uma escola de artesanato, pelo que deixa aqui ao executivo este repto, temos que nos unir em torno desta temática, tentar ensinar os mais jovens, tentando envolver aqueles que ainda trabalham as nossas artes de uma forma permanente, criando uma escola que funcione e que seja possível todos aprenderem as nossas artes, pelo que face ao exposto, gostaria de ter a posição para resolução deste problema, com tendência para agudizar, nunca para melhorar.

- Vereador Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, disse que em relação a esta matéria, o local onde estamos neste momento aqui, a Casa das Memórias, temos um espaço em que existem

  
Fls. 17 de 25

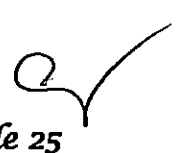
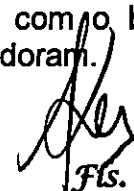
duas rotas de oleiro, existindo todo o processo de como fazer a peça, o objetivo quando se colocou lá em baixo na entrada duas aulas para ter aqui uma presença do oleiro, o primeiro ponto que se achou ser importante, era de chegar às crianças sendo o primeiro impacto que havia, era junto das crianças fazer chegar a Olaria às crianças, o objetivo, numa criança de 6 ou 7 anos, numa altura em que está na aprendizagem de tudo aquilo que se tem aqui presenciado é que essas crianças há muitas delas que ao pegarem no barro, ao moldar o barro, ao ter a experiência do barro, o que leva a crer é que das 100 ou 200 crianças que já passaram por aqui, portanto a nível da escola, possivelmente mais, porque foram aqui recebidas algumas crianças que não são só do Concelho de Nisa, também já receberam aqui dos concelhos limítrofes, que vêm cá e fazem a experiência de moldar o barro com a presença de um oleiro, do mestre e ele próprio explica todo o processo, coloca-os na roda, explica-lhes como é que se molda e se faz uma peça, às vezes muito tosca, como se podem ver algumas das peças que eles fizeram que estão expostas lá em baixo e muitas dessas crianças despertaram esse gosto e é por aí que eu penso que poderemos chegar mais longe, chegando às crianças através desse processo, que alguma daquele universo que aqui vem possa seguir essas pisadas, não diretamente logo para ser um oleiro, não é dizendo que a profissão de sonho será ser oleiro possivelmente nenhuma delas dirá isso, mas possivelmente seguindo outras profissões eles possam um dia mais tarde, aos 20, 21, 22 anos, possivelmente quando acabam um curso superior, seja em que área for eles pensarem um bocadinho para trás e se sentirem que onde foram felizes realmente ou o que gostavam de fazer era moldar o barro, trabalhar no barro e voltar, seria o futuro passar por aí, achando que se tem já aqui 1, 2 experiências interessantes até pelo próprio mestre, que aqui tem dado algumas explicações, havendo aqui alguns miúdos que pensa terem algum gosto e um interesse e procuram saber e até vêm cá fora daquele que é o horário normal de visita, porque gostam, temos neste momento dois oleiros que não são afetos a 100%, mas em função daquilo que são as inscrições ou visitas programadas e dessas visitas programadas, o oleiro com uma bolsa de horas, existindo um contrato com essa pessoa, que vem periodicamente cá e explica às crianças ou a grupos de adultos, porque também há casos de adultos que, por incrível que pareça, também há muitos, que é a primeira vez que experimentam, tendo tido aqui o caso de um senhor já com alguma idade que foi a primeira vez que experimentou e disse que nunca pensou que trabalhar o barro fosse assim tão emocionante realmente porque ele a moldar ou fazer a peça ou sentir-se realizado a moldar e a nascer ali qualquer objeto que ao princípio, quando começa a mexer pensa que sai um copo e sai uma tigela ou outra coisa qualquer, aquela emoção de estar a transformar numa coisa, sendo isso uma garantia que acha que na parte da Olaria se está a trabalhar neste momento com um processo de classificação, tendo-se neste momento todo o processo de classificação de inventariação no registo nacional, faltando a parte final para fazer o registo que tendo-se neste momento, junto de um especialista na área para terminar o processo, que ficou em meio quando a Dr.<sup>a</sup> Carla saiu, já que era ela a responsável por essa recolha, faltando só mesmo uma parte final neste momento, há coisa de 15 dias também se fez aqui uma prestação de serviços com uma das referências dentro desta área da cerâmica para ajudar a complementar todo este processo e também fazer as primeiras diligências para que, no fim de deste processo ser concluído com sucesso, se possa fazer a candidatura a património imaterial, só o podendo ser após a conclusão do inventário nacional, sendo neste momento, o que se está a fazer, pensando que no primeiro semestre, se as contas não falharem, poder-se-á ter o processo concluído junto da Direção-Geral do Património e depois, aí sim, possivelmente no próximo ano fazer-se a candidatura a Património imaterial,

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, complementou dizendo que a preocupação relativamente à Olaria, despertou já há alguns anos à data, tendo sido promotores do curso de Olaria com IEFP, embora agora as questões coligadas a ações de

formação nas respetivas localidades não são tão fáceis como como era possível, também. Há 1 ano, 2024, fez-se e programaram-se ações de formação de curta duração para o público em geral, Infelizmente e pelo aquilo que são as regras de funcionamento do IEFP, os formadores têm que ser formadores certificados, não houve disponibilidade da formadora para essa situação, embora já tivesse sido agendada naquela que era a calendarização das atividades de interrupção de férias grandes, das férias de Verão, em que pudesse haver um público mais diferenciado, público mesmo ativo, houve essa tentativa e não e não se abandonou essa tentativa e ela está em curso neste momento, aquilo que o Vereador aqui transmitiu não apenas aquele que é a Academia das Cantarinhas, como já houve experiências diversificadas em interrupção letiva de férias no Verão, mas também a Academia dos Bordados, que é regenerar, essa apetência para aquilo que são as nossas tradições e aquilo que é a nossa arte não apenas na Olaria, mas também nos bordados.

E aquilo que o vereador José Leandro está a fazer neste momento, é aprofundar um pouco mais além, ou seja, em tenra idade poder ter-se essas experiências, indo criá-lo, talvez não este ano, mas já no próximo ano letivo a nível das AECS em que se vai potenciar essa, tendo sido uma sugestão que o Vereador José Leandro trouxe para começar a ser trabalhada e para isso, temos que ter pessoas capazes de nos poder sustentar essa habilidade não apenas de moldar o barro do saber empedrar, mas também a nível dos bordados, porque houve uma experiência que tivemos muito interessante numa das visitas de uma escola de Castelo de Vide na Academia dos Bordados em passaram uma manhã a fazer uma peçazinha, um ponto, havendo uma miúda que saiu de lá chorar e quem estava a acompanhar ficou perplexa, porque a miúda saiu dali assim, estava a chegar ao fim da sessão tinha que retornar às suas casas e a peça não estava terminada e a preocupação dela era que não tinha uma agulha, a mãe não tinha uma agulha em casa para terminar a peça, sendo esses pequenos pormenores que fazem a diferença nas crianças, se lhes for potenciado uma experiência única, em que dá azo a que possam extravasar, recordando-se de um episódio em que estavam completamente dedicados, sendo isso que se tem que promover, mas promover isso não apenas nas crianças, mas em todos, o sentimento de pertença, a valorização identitária naquilo que possa ser um momento ainda mais dignificador das nossas tradições, do nosso artesanato, podendo dizer-se que sabemos fazer e haver uma continuidade, assentar isso, não no contexto de continuidade, evidentemente que a preocupação e indo-se procurar a solução mais adequada para o efeito de que, se possa fazer por durar exatamente essa arte de moldar o barro, estando-se em constantes conversas com o IEFP no sentido de ver se há abertura e flexibilidade para que tal aconteça para promover estas formações de média duração, sendo apenas uma interpretação daquilo que é a projeção em termos do artesanato relativamente a esta matéria.

- Vereador, **João José Cabim Malpique Rufino**, disse recordar-se que esteve há 2 anos na feira de renda de Bilros em Serra d'el Rei e em Peniche, viu a quantidade de miúdos e miúdas, a mexer nos bilros, que além da escola participam num conjunto de feiras que há a nível de toda a Europa que vão desde Itália, Moldávia, locais com o mesmo princípio do bilro, mas com aparências diferentes, utilizam todas com o mesmo princípio do jogar dos bilros, foi bastante interessante e trouxe uma publicação desse festival que posso disponibilizar, levámos uma convidada daqui enquanto Presidente da Freguesia, a Dona Alice que era a única artesã com esta arte que com alguma idade que tem deixou-nos bem representados, (esteve com ela pensa que na altura do final das Festas de Verão, no Arneiro), ela acompanhou-nos, adorou aquele ambiente, tudo num pavilhão, não falando a mesma língua, todos se entendiam muito bem com a arte que todos e todas estavam a desenvolver, inclusive, foram 2 miúdas daqui e que experimentaram também aquela vivência, idêntica à que os miúdos têm com o barro que presenciou enquanto esteve no Cine teatro com os tempos livres e que eles adoram.



Fls. 19 de 25

Disse que propõe outra situação e sabendo que a Dona Ilda teve que se deslocar para outras instalações derivado ao falecimento do senhor Pequito e existindo aquele espaço, seria muito bom a Câmara poder adquirir aquele espaço e servir de escola de Olaria em complemento com a escola e desenvolver as suas atividades mesmo que sejam durante as AECS; para as outras pessoas de fora, turistas seria bom tornar esse espaço que foi criado e que serviu de casa e oficina ao Senhor António Pequito durante largos anos. está perfeitamente de acordo em apoiar uma iniciativa dessas porque será, sempre o futuro. achando que o investimento não será assim tão avultado, havendo outros que poderão ser muito menos úteis, lembrando-se que o Mestre Manuel Sales, que teve a sua Olaria junto à casa onde atualmente mora e que a seu tempo emigrou para a Alemanha já produzia algumas peças um bocadinho arrojadas, no fundo aquilo que que a Dona Ilda hoje faz, brincar com o barro, criar fora do tradicional mantendo o aspeto e tipologia do barro pedrado, mas desenvolvendo outras peças, inclusive o cântaro com o emblema do Benfica ou do Sporting, como ele fez várias vezes, são experiências. Não sabendo se o mestre Sales mas achando que é capaz de ainda estar vivo, se calhar podia dar algum contributo. Sabe que o neto foi Vereador na anterior Câmara de Portalegre, não sabendo se hoje está ele ainda está ligado á autarquia ou se não está, mas o Mestre Sales e os descendentes tem muito, muito material também, que se calhar poderia disponibilizar e teve a ver com os primórdios da olaria em Nisa, achando que se calhar se falarem com essa pessoa, não sabendo se conhecem se não, mas o Zé Maria Sales, que mora ali no junto à Manuela Bicho tem muitas coisas, porque esse senhor era pai dele.

**PONTO Nº 5 – DOTSM – Deliberação Nº 3/2026**

**Regeneração e requalificação da Área Envolvente ao Centro Histórico - Estrada das Amoreiras, Rua João de Deus, Rua Dr. Manuel de Arriaga e Rua Capitão Vaz Monteiro - Aprovação do Plano de Trabalho e Cronograma Financeiro.**

Nos termos da Informação/Proposta Nº 10726/2025, datada de 18 de dezembro de 2025, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e Vereadores, Dr. José Leandro Lopes Semedo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, o Plano de Trabalho e Cronograma Financeiro da obra de **Regeneração e requalificação da Área Envolvente ao Centro Histórico - Estrada das Amoreiras, Rua João de Deus, Rua Dr. Manuel de Arriaga e Rua Capitão Vaz Monteiro**, nos termos da alínea b) do nº1 do art.º 18º do DL 197/99 de 08/09 e na sequência da aprovação do pedido de prorrogação do prazo de execução da obra pelo período de 90 dias (até 15/02/2026).


Intervenções:

- Vereador, **João José Cabim Malpique Rufino**, perguntou se esta diz respeito àquela prorrogação que já tinha sido aprovado, referindo que tem havido uma quantidade de prorrogações dessas obras, esperando é que as coisas não derrapem novamente e que se consiga concluir

**PONTO Nº 6 – DOTSM – Deliberação nº 4/2026**

**Licença nº 9.2025 Aprovação do Projeto de Arquitetura. Requerente: Celso & Renato.**

Nos termos da Informação/Proposta Nº 633/2025, datada de 15 de dezembro de 2025, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, o Executivo Reunido aprova por

  
Pis. 20 de 25

Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e Vereadores, José Leandro Lopes Semedo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a Licença nº 9.2025, referente ao Projeto de Arquitetura, relativo ao prédio localizado na Balseira, na freguesia de Montalvão, Artigo Matricial 292 Seção M, requerido por Celso & Renato, de acordo com o nº 3 do art.º 20º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro alterado pelo Decreto-Lei nº 10/2024, de 8 de janeiro.

Intervenções:

- Vereador, **João José Cabim Malpique Rufino**, complementando que é dentro de uma área, um prédio rústico, com 10 hectares, perguntando se trata da construção de um pavilhão, e se era urbano.

**PONTO Nº 7 – DOTSM - Deliberação: 5/2026**

**Pedido de Informação Prévia nº 14.2025. Requerente: Joaquim Conceição Bento Narciso.**

Nos termos Informação da Proposta Nº 634/2025, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 16 de dezembro de 2025 o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e Vereadores, José Leandro Lopes Semedo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, o pedido de informação prévia nº14.205 referente ao prédio sito na tapada da Taroca, na Freguesia de S. Matias, Artigo Matricial nº 164, Seção A, nos termos dos nº 2 do art.º 17º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro alterado pelo Decreto-Lei nº 10/2024, de 8 de janeiro.

**PONTO Nº 8 – DOTSM – Deliberação: 6/2025**

**Trabalhos complementares com preços contratados – “Beneficiação de Arruamentos do Concelho – Sinalização em Estradas e Caminhos Municipais”**

Nos termos da Informação/Proposta Nº 10013/2025, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 26 de novembro de 2025, o Executivo Reunido aprova, por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e Vereadores, José Leandro Lopes Semedo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, os trabalhos a menos no valor de 19.873,52€ e os trabalhos complementares no valor de 19.068,33€, totalizando uma diferença positiva de 805,19 €.

Intervenções:

- Vereadora, **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, perguntou se se tratava da estrada que vai de Tolosa para Nisa e depois apanha o cruzamento de Alpalhão que vem das Termas para Arez ou se não estava contemplada nesta proposta, porque ali está um grande perigo porque o sinal de Stop muitas vezes não está visível.

- Vereador, **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que as estradas ou caminhos municipais aqui referidas são preteridas nos trabalhos previstos, deixando de se fazer as obras de pinturas e sinalização na Estrada do Poio para Pova e Meadas, CM 1138 ligação até ao concelho do Gavião (Comenda) e Estrada Municipal 525 (Montalvão a Pova e Meadas);

Pretendem substituir os trabalhos por outra intervenção na Estrada Municipal 529, com a ligação de Nisa ao IP 2 na Proximidade de Tolosa (Conhecida por Lameirancha) utilizando os preços unitários do contrato e obtendo uma redução de 820 euros, referindo que se a intervenção não era adequada ou oportuna nas estradas referidas deveria ser tido em conta quando do lançamento do concurso, Já há muito tempo que todos tinham conhecimento que a estrada para a barragem do Cedilho precisava de reparação logo a pintura só se revelaria num desperdício de verbas.

O mesmo acontecia com a estrada do Poio, a situação não se agravou neste preciso momento! A Estrada Municipal 525-1 já se encontra em muito mau estado há longo tempo, tornando-se quase intransitável na altura do inverno com especial incidência na zona do Tarabau, mais concretamente junto ao tanque de recolha de água, antiga ETA do Tarabau.

Esta estrada (E. Municipal 525-1) deve ser uma das principais prioridades do município no plano rodoviário do Concelho de Nisa.

A proposta de troca de trabalhos não resolve o problema antes vem agravar a situação global.

A intervenção agora proposta deveria ser (Mapeada a tempo e horas) e não se propor agora esta ação, perguntando se a estrada de Tolosa não foi já pintada e á pouco Tempo.

A situação do Tránsito no Cruzamento das Termas e Arez sim preocupa e tem de ser melhorada, como referiu a colega Vereadora Ana Cecília.

#### **PONTO Nº 9 – DOTSM - Deliberação: 7/2026**

**Alteração de número de polícia na Rua 25 de abril, nº 138 em Nisa. Requerente: Luis Mário Correia Bento.**

Nos termos da Informação/Proposta Nº 10691/2025, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 17 de dezembro de 2025, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e Vereadores, Dr. José Leandro Lopes Semedo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a atribuição do número 138-A ao edifício de habitação na Rua 25 de Abril, mantendo o edifício de garagem o número de polícia 138, e que a numeração seja aplicada de acordo com as normas constantes do artigo 40º do Aviso nº 10778.2017 de 19/11, que publica o Regulamento Municipal da urbanização e Edificação.

#### **Intervenções:**

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, referiu que houve um pedido complementar do Luís Mário Bento sobre a possibilidade de inversão, da numeração, que foi explicado e vai ser respondido ao respetivo interessado da sua impossibilidade, tendo em conta que existem regras, tendo que se aplicar essa numeração e que, efetivamente, a garagem que é a propriedade do Luís Mário tem um número e a situação vai em crescendo, ou seja, a numeração adicional, A,B,C vai em direção, portanto, à saída de Nisa em direção à Alpalhão, como acontece com o número 88, que começa no A e acaba quase no Z, desta rua e seguindo essas regras de numeração, aquilo que tem que acontecer é aplicar o 138 A à residência da mãe do Luís Mário para o efeito, obrigará aqui a uma correção dos contratos de água, de abastecimento de eletricidade, mas é assim, não podemos ser aqui permissivos, senão criamos aqui uma anarquia em termos de distribuição do número de polícia.



**PONTO Nº 10 – DOTSM – Deliberação: 8/2026**

**Obras de conservação em edifícios de habitação no Centro Histórico – Rua de Angola nº17 e Rua de Moçambique nº 35 em Nisa – Aprovação do Plano de Trabalhos/Cronograma Financeiro.**

Nos termos da Informação/Proposta Nº 10853/2025, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 29 de dezembro de 2025, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e Vereadores, Dr. José Leandro Lopes Semedo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, o Plano de Trabalhos /Cronograma Financeiro **das Obras de conservação em edifícios de habitação no Centro Histórico-Rua de Angola nº 17 e Rua de Moçambique nº 35 em Nisa.**

**Intervenções:**

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra, acrescentou relativamente a estes dois prédios que aqui se encontram na estratégia local de habitação, estando a ser elaborado um regulamento que se tudo correr em conformidade, se consiga trazer à reunião de Câmara em tempo, para que no final do primeiro trimestre se consiga aqui fazer um concurso de lançamento para distribuição dos prédios, inserto na estratégia local de habitação, sendo preciso ter algum cuidado, tem havido da parte do IRU alguma preocupação em dar diretrizes, pelas situações erradas que estão a acontecer no país, não se podendo esquecer que são projetos financiados ao abrigo do PRR, que existem regras que devem ser aplicadas não apenas, naquilo que são os nossos benefícios enquanto entidades executoras das obras, mas também depois daqueles que irão ocupar esses prédios, as instruções, independentemente da situação caótica que possa existir a nível do IRU, confessa que relativamente àquilo que tem sido as várias candidaturas acompanhadas junto do IRU não tem havido assim tão grandes problemas, bem pelo contrário, quer a nível, dos adiantamentos, quer a nível dos reembolsos, agora, ditará o resto, que é o encerramento das operações, mas isso perfeitamente à vontade quanto a essa mesma matéria, o que é requerido a nível nacional, não é a nível apenas local a nível nacional, é que as celebrações de contra os beneficiários daqueles espaços que foram reabilitados e construídos, deva ter a plena consideração de que é um projeto financiado existindo regras para tal, que não se esgotam apenas até ao limite da construção, também no tempo, naquilo que é o benefício dos respetivos munícipes que irão ocupar os espaços existem regras a cumprir para o efeito, têm sido alguns alertas que têm acontecido, as reuniões têm sido semanais para orientações em matérias não apenas das operações das candidaturas, mas também relativamente ao que é a distribuição a nível nacional, sendo vários milhões que estão afetos à estratégia local de habitação, existindo uma insuficiência de execução, não, no nosso caso, tendo-se que olhar no todo, a estratégia local de habitação é uma estratégia que vai para além do interesse municipal, é uma estratégia nacional e que beneficiou em duas candidaturas, a promoção da habitação, Infelizmente isso vai bater um pouco aquilo que foi falado da ponte Internacional sobre o rio Sever, Muitas vezes o tempo é despendido naquilo que são os procedimentos administrativos e depois, para executar, andamos ao pai ao pai para que as coisas aconteçam, Infelizmente no PRR, a estratégia local de habitação a nível das operações do IRU não existe uma grande execução, havendo obras que estão a iniciar, nunca vão estar terminadas até final do semestre, no nosso caso, como já foi aqui trazido, a Casa do Isaac está pronta neste momento, sendo questão só de pormenores, a da rua de Angola são duas intervenções, a primeira está pronta, na rua de Moçambique, uma, são onze edifícios, onze frações, embora sejam doze que tenham sido construídas, reabilitadas ou construídas, fora da

estratégia, na casa do Isaac existe um T-0 que não foi aprovado, é que quando se fez a candidatura, considerou-se o seu todo, contudo, face ao mapeamento que estava na estratégia local de habitação, não estava lá o T-0, logo teve que ser construído fora da estratégia.

Disse que dentro daquilo que foi a estratégia de habitação correu bem, foi o que foi mapeado na altura, mas correu bem, confessando que dentro daquilo que foi, como se sabe, a estratégia 2022, as candidaturas 2024, a celebração de contratos foi no início do primeiro Governo de Montenegro que se assinaram os contratos aí ficando surpreendidos os nossos homólogos aqui do distrito como já tínhamos algumas candidaturas aprovadas e financiadas para o efeito, mas depois foi muito rápido, houve apenas uma contestação, ficou de fora e daí a tal situação da candidatura, quando foi o procedimento de concurso da rua de Angola, Rua de Moçambique e a Senhora da Graça, o primeiro ficou deserto, mas como ficou a Senhora da Graça fora do financiamento ficou em reserva, na listagem nacional, avançou-se com o segundo procedimento, apenas considerando estes dois fogos, entretanto, reclamou-se, reclamou-se, reclamou-se como bons executores, que não fazia sentido, porque é que se estava previsto desde o início e aquele fogo da rua da Senhora da Graça, não estar contemplado em sede de financiamento porque era pretensão continuar-se a alavancar a situação e daí ter-se feito em procedimento individual, separado, felizmente no rebuscar das situações foi-se buscar mais um imóvel e dignificando o espaço ali junto à porta de Montalvão para o efeito, tendo sido plena, a candidatura, mais um T-0, infelizmente, quer a nível de resposta do social, quer a nível dos próprios particulares não houve adesão a esta possibilidade, sabendo-se que quando se faz uma reabilitação de casa, há custos mas se a compensação, era no mínimo favorável, ali a ter, portanto, uma ordem de grandeza de financiamento interessante foi pena não ter sido aproveitado a nível do território, as pessoas ficaram aquém, tendo sido disponibilizados os nossos serviços para as candidaturas, mas não houve procura, procurou-se passar a informação e disponibilidade, porque se sabe que as candidaturas não são assim tão complexas sendo apenas as peças desenhadas e o problema é exatamente isso.

A maturidade mínima obrigava em sete 7 candidaturas a ter já os projetos, a ter um certo nível de maturidade, lançamento do procedimento e as pessoas provavelmente e as entidades retraíram-se porque tem que se avançar primeiro, sendo extremamente agradável, no caso, está praticamente tudo executado, as regras foram mudando foi-se percebendo isso a nível do PRR, quando se fala em execuções, tem que haver mecanismos aceleradores, há dois meses atrás, saiu uma norma no sentido de que toda e qualquer candidatura cujo a execução física tivesse sido já correspondida em 50%, seriam beneficiados, já de um reembolso de 85% sem qualquer tipo de procedimento daqueles pedidos de reembolso que são usuais, apenas através de uma declaração de compromisso de que a obra está executada, sendo preciso é apresentar evidências, mas apenas aquela declaração, isto o que aqui é importante, é no seu todo, quer-se executar a nível do PRR, existem mecanismos facilitadores, sendo isto de louvar, deveria para inúmeras candidaturas ser possível esta perceção e esta interpretação porque não é apenas olharmos enquanto executores em beneficiários finais das operações, evidentemente que é confortável ter-se aquele conforto do adiantamento, mas mais confortável do que o adiantamento é, ao longo do processo não deixar de existir a compensação financeira para que as coisas possam correr como deve ser.

A nível por exemplo do centro histórico, já existem benefícios de partida, ou seja, o IVA dos materiais de construção, é de 6%, por estar no MARU, mas quem diz aqui em Nisa diz também em Alpalhão, sendo a questão, aqui as pessoas ficarem retraídas por terem de avançar primeiramente, existir um nível de maturidade existe, é que a obra está iniciada e para haver início as pessoas têm que disponibilizar uma coisa é diferente, receber-se primeiro, mas e depois cometem-se os erros que se sabe, isto não funciona, a estratégia foi boa, foi 10%, aquando da assinatura, dos respetivos contratos e depois, houve o imbróglio que se sabe do

IRU por causa da plataforma de pedidos de reembolso e tudo mais, que entenderam em Setembro último, fazer-se que todas aquelas que forem as realidades, que a execução esteja acima dos 50%, com evidências e com uma declaração afirmativa nesse mesmo sentido, recebem os 85% e assim se executa, sendo muito agradável, quando as operações são feitas assim, mas nem sempre em todos os avisos as coisas funcionam assim.

- Vereador, **João José Cabim Malpique Rufino**, perguntou qual a tipologia dos apartamentos, tendo sido respondido que eram um T-2, 4 T- 0 e 2 T- 1 e 1 T-0 que ficou fora, na rua de Angola é uma tipologia tipo T-2, na Senhora da Graça é um T-1, e a reabilitação do espaço na Avenida D. Dinis.

#### Ponto nº 11 - SEA- Deliberação: 9/2026

#### Aprovação em Minuta das Deliberações que antecedem.

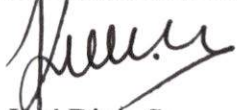
A presente Minuta, depois de lida em voz alta aos Eleitos presentes foi aprovada por Unanimidade, sendo que, para efeitos de eficácia externa imediata, "Poder-se-ão considerar aprovadas as Deliberações em Minuta", pelo que as mesmas deliberações poderão adquirir a eficácia externa legalmente prevista, conforme o disposto nos nºs 3 e 4 do art.º 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

#### Encerramento da Reunião.

A presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa foi devidamente encerrada pelo Presidente da mesma, para cumprimento do previsto e disposto na alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, quando eram 17h40.

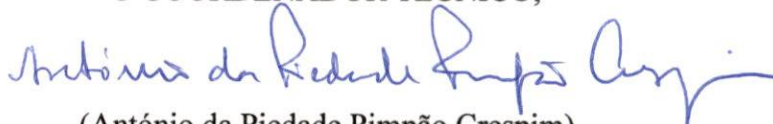
Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, conforme o disposto no nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é constituída por 25 folhas, devidamente numeradas e rubricadas e vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do referido art.º 57º, pelo Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e por mim, António da Piedade Pimpão Crespim, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, da Secção de Expediente e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

O PRESIDENTE DA REUNIÃO,



(Dr. José Dinis Samarra Serra)  
(Presidente CM Nisa)

O COORDENADOR TÉCNICO,



(António da Piedade Pimpão Crespim)  
(Secretário)

#### MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA MUNICIPAL

Ata presente em Reunião Ordinária, realizada no dia 7 de abril de 2026 e aprovada por:  
UNANIMIDADE

- Favor: 5 (cinco) votos ()

- Contra: () voto com Declaração de Voto ()

- Abstenção: () voto ()